

ECOLOGIA, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: O discurso ambiental frente à hiper-realidade da comunicação *

Glauco Rodrigues Cortez **

Resumo: O artigo procura mostrar a importância da prática comunicacional para que os movimentos sociais ligados à ecologia possam ganhar espaço, em confronto com a degradação ambiental do planeta. Para isso, faz-se um breve relato histórico, seguido de um estudo de autores que tratam do ambientalismo, da democracia e da comunicação.

Palavras-chave: ambientalismo, sociologia, comunicação, democracia, ecologia, hiper-realidade, ideologia, política

Abstract: *This article tries to show the importance of communicative practice so that social movements connected with ecology may enlarge their scope when confronting the devastation of our environment. In order to emphasise this importance, we present a brief historical survey, followed by a study of authors who dealt with environmental issues, democracy and communication.*

Key words: *environmental issues, sociology, communication, democracy, ecology, hyper-reality, ideology, policy*

1 APRESENTAÇÃO

“E isso não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” Frei Vicente de Salvador, 1697.

Esse e outros textos garimpados pelo historiador José Augusto de Pádua mostram a preocupação ambiental no Brasil antes da proclamação da República¹. Eles são ao mesmo tempo desalentadores e instigantes. O desalento acontece por causa de sua antiguidade e, como consequência, faz parte de uma história em que a preocupação ambiental, apesar de *prematura*, não foi suficiente para evitar que o país seguisse um rumo de desenvolvimento em confronto com o meio ambiente. A instigação surge por ser mais uma prova irrefutável de que pensar e escrever não são atitudes suficientes para conter um projeto cultural equivocado. É nesse caminho, motivado por essa angústia da insuficiência reflexiva, que esse estudo tenta se situar.

A intenção é buscar uma abordagem metodológica transdisciplinar para poder entender e, se possível, criar alternativas de intervenção na realidade. O trabalho procura estabelecer interfaces entre estudos no campo da política (democracia), da comunicação e da ecologia.

Como nos alerta Pádua², a preocupação ecológica no Brasil tem mais de 300 anos. O pensamento presente nos séculos XVII e XVIII pode ser considerado como um *ambientalismo político*, que equivale ao que hoje denominamos de *desenvolvimento sustentável*. Além desse estudo recente, Pádua já havia analisado o pensamento ambiental de José Bonifácio de Andrada e Silva no período republicano³. Bonifácio tinha uma preocupação clara com os recursos naturais. Para ele, o Brasil estaria

destruindo a imensa cadeia do universo, que é a inter-relação entre rios, mata, chuva, terra, vegetação, etc; mas Bonifácio não ficou limitado à questão de um desenvolvimento mais equilibrado em relação à natureza; ele também propunha, no início do século XIX, a reforma agrária, o voto do analfabeto e a abolição dos escravos.

Intelectuais como Joaquim Nabuco e André Rebouças mantiveram a preocupação com o uso racional dos recursos naturais durante o século passado⁴. No início deste século, Alberto Torres foi o expoente desse pensamento, inclusive já alertando sobre a finitude dos recursos naturais.

Pelo porte desses intelectuais e pelo trâmite que José Bonifácio tinha no poder, as teses de um desenvolvimento mais equilibrado em relação à natureza poderiam ter tido um destino melhor. Apesar dessa tradição, o projeto de desenvolvimento social e econômico do Brasil continuou (e continua) sem o mínimo vislumbre de preocupação ecológica, e de uma concepção sócio-ambiental. A prova disso é que para o Brasil do século XX, passando pelo projeto desenvolvimentista iniciado pelo governo Juscelino Kubitschek de Oliveira às faraônicas obras dos governos militares, ocorreu um verdadeiro desastre em relação ao meio ambiente, como nos mostra Eduardo Viola⁵. Que caminhos então devemos trilhar para que o pensamento ecológico possa ser levado em conta pelo projeto político da sociedade? O que fazer para que o pensamento e a reflexão sobre os problemas ambientais brasileiros não fiquem apenas fazendo volume nas prateleiras da história?

Viola aborda o dilema sociedade predatória/sociedade ecológica para revelar a tensão entre democracia e ecologia dentro dos vários segmentos existentes no movimento ecológico⁶. Fazendo um paralelo, a perspectiva desse trabalho visa a verificar não a tensão, mas a correlação entre sociedade democrática, ecológica e comunicacional frente ao que denominaremos de sociedade personalista e predatória.

* Data de recebimento para publicação:

**Jornalista, mestre em Ciência da Comunicação pela ECA/USP e professor da Universidade São Judas Tadeu.

¹ NOEL, Francisco Luiz. Preocupação ecológica é antiga no país, entrevista com José Augusto de Pádua. *Jornal do Brasil*, 22/03/98, p. 9.

² Idem. *Ibidem*.

³ PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987.

⁴ Idem. *Ibidem*.

⁵ VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil In: PÁDUA, J. A. Op. Cit.

⁶ Idem. *Ibidem*.

Para Viola, os Partidos Verdes surgem dentro de um novo paradigma: são partidos de valores que não pretendem transformar-se em majoritários, enquanto partidos, e governar ou tomar revolucionariamente o poder (...), somente querem agir como transformadores da cultura política⁷. Apesar do sucesso dos Partidos Verdes em alguns países, a versão brasileira não conseguiu, após 12 anos de existência, uma presença marcante na sociedade, apesar de todos os problemas ambientais do país. Mas o que teria provocado tal apatia do eleitor? A estruturação do PV dentro dos padrões tradicionais dos partidos políticos? Talvez, mas o trabalho aqui apresentado não tem a intenção de responder tais questões, o objetivo é estudar novas alternativas de atuação tendo como sustentação o estudo rigoroso da democracia e da comunicação.

2 A ECOLOGIA

Para entender melhor a problemática ecológica atual e seus desafios frente à política contemporânea é importante estudar três autores que tratam da relação entre ecologia e política: Morrison, Cahn e Paehlke.

Morrison e a democracia das cooperativas - Morrison procura mostrar que o industrialismo, em sua essência, e a ordem econômica atual (capitalismo) são insustentáveis porque levam o mundo à degradação ambiental e à guerra⁸. Essa situação é uma armadilha que os países terão de enfrentar com uma democracia ecológica, que seria fundada na participação e na autogestão. *An ecological civilization means basic chance in the way we live: it depends upon our ability to make new social choices. It will not be established by an act of Congress*⁹. Morrison procura definir, através de suas análises sobre a sociedade, como poderia funcionar uma democracia ecologicamente sustentável.

Isso seria feito através de processos de autogerenciamento já existentes em cooperativas. Ele cita as cooperativas *Mondragon*, *Seikatsu* e *Co-op Atlantic* como propostas de administração ecológica e autogerenciamento. Dessa forma, o sistema financeiro, por exemplo, seria dominado pelo conceito de *Community-based Banks*, o que acabaria com a especulação, aplicando o dinheiro em empreendimentos da comunidade.

O autor propõe a criação de um salário social em troca de trabalho comunitário, o que permitiria o fortalecimento da liberdade individual; e também critica a militarização, já que ela somente serve para empobrecer as nações, exercer o controle doméstico e reprimir a própria população.

Cahn e o egoísmo liberal - Matthew Cahn faz uma análise da tensão entre o interesse privado, representado pelo liberalismo que norteou a constituição dos Estados Unidos, e o interesse público, tendo como ponto de apoio

o bem comum da coletividade¹⁰. Ele mostra a ineficiência do liberalismo econômico em relação à questão ambiental e por fim, a sua incompatibilidade.

Para Cahn, a presente degradação ambiental força o liberalismo a repensar seu modelo de interesse individual. Assim como Morrison, Cahn também vê o capitalismo como um sistema incompatível com a manutenção da qualidade ambiental, já que é um sistema baseado na maximização do lucro e da produção.

*Liberal society is fundamentally limited in its ability to resolve the problem of environmental degradation. There are two structural tensions between liberalism and environmental quality. First, liberalism's emphasis on individual self-interest creates a problematic concept of communal good. Society, as manifest in liberal contract theory, exists not to find some higher good, but to protect individual rights. Communal good is limited to providing a stable environment for individual rights. As a consequence, individual and corporate property rights have consistently overshadowed community claims on resource management. Second, capitalism, as a system of economic production and distribution, has been characterized by a constant drive for expansion in search of increased productivity and profit*¹¹.

Tanto Cahn como Paehlke analisam autores descrentes em relação à capacidade da democracia para enfrentar os problemas ecológicos que estão surgindo. *Gurr, Ophuls, and Heilbroner all envisioned a linkage between environmental damage and economic scarcity, and between economic scarcity and declining democratic prospects*¹². Paehlke cita várias razões para ser mais otimista do que os autores acima; entre elas, a de que o movimento ecológico tem ajudado a fortalecer a democracia e a de que a melhora da igualdade econômica é, em muitos casos, compatível com a proteção ambiental. Cahn, em resposta específica a Heilbroner, diz que a sobrevivência do homem é baseada na responsabilidade coletiva, não em filósofos, reis e/ou fascistas¹³.

A recente história do Brasil, por exemplo, mostra o contrário da tese de Gurr, *Ophuls and Heilbroner*. O regime militar autoritário foi, de certa forma, minado pela escassez. Enquanto o dinheiro sobrava, os militares se mantiveram tranquilos no poder. A partir da crise do petróleo e da dificuldade econômica do país, as pressões políticas aumentaram, ocasionando a volta à democracia.

Paehlke e a ideologia ambiental — Paehlke apresenta o ambientalismo como uma ideologia que tem ainda falhado em conseguir um grande número de seguidores, como aconteceu com o liberalismo e o socialismo em seus tempos de maior expressão. Um dos

⁷ Idem. Ibidem. p. 73/74.

⁸ MORRISON, R. *Ecological Democracy*. South end Press. Boston. 1995.

⁹ Idem. Ibidem. pá 11.

¹⁰ CAHN, M. A. *Environmental Deceptions - the tension between liberalism and environmental policymaking in the United States*. State University of New York Press. Albany, 1995.

¹¹ Idem. Ibidem. p. 1.

¹² PAEHLKE, R. C. *Environmental Values and Democracy: the challenge of the Next Century* in: VIG, J. And Kraft, M. *Environmental Policy in the 1990s*. CQ Press.

¹³ CAHN, M. Op. Cit. p. 126.

motivos seria o fato de o ambientalismo não procurar levar benefícios econômicos a seus adeptos.

O autor procura definir essa ideologia como um conjunto de idéias, as mais neutras possíveis, mas que possam ser um caminho frente à dualidade socialismo-capitalismo. Ele ressalta, no entanto, que o ambientalismo está mais próximo da esquerda moderada. *The most obvious point of similarity between environmentalism and the moderate left is their shared willingness to intervene in market economy on behalf of values that are not economic in the usual sense - that do not promote further economic expansion*¹⁴. Para definir uma posição política para o ambientalismo, Paehlke tenta delinear semelhanças e diferenças entre os neoconservadores e os progressistas.

Para ele, uma posição neoconservadora de redução de consumo e de atividade econômica seria aceitável em termos ambientais, o que seria um dilema central para o ambientalismo. Ele sustenta cinco pontos para a formação de uma grande ideologia ecológica: *environmental movement and the peace movement, application of an environmental perspective to the policies of tradicional moderate progressivism, decentralization, reduce work time and take seriously the claim that environmentalism is neither left nor right*^{15, 16}. Além disso, uma característica dessa formulação ideológica independente seria que *environmentalism as an ideology and as practical politics can adopt an eclectic and pragmatic view of policy tools. Contrary to those firmly wedded to a particular left or right tradition, environmentalists can take advantage of the full range of policy options*¹⁶.

Por causa dessa independência, Cahn vai denominar o trabalho de Paehlke de *ecocentric world view may offer an alternative to Liberal assumptions on a range of issues, including unemployment, feminism, social programs, national defense, and the economy*¹⁷.

3 A DEMOCRACIA

Os autores Morrison, Cahn e Paehlke discutem a política ambiental, como se pôde observar, respectivamente, frente ao cooperativismo, ao liberalismo e como possibilidade de construção de uma ideologia independente. Apesar de os três autores levarem em conta a questão democrática, nenhum teve o interesse de, ou a intenção de, apontar caminhos concretos para chegar a uma democracia ecológica. Cahn aponta as falhas do liberalismo frente à degradação ambiental; Paehlke trabalha a questão teórica da ideologia ecológica, o que é um passo importante para serem definidas estratégias de atuação política dentro da democracia que se tem hoje; e Morrison apresenta uma análise comparativa de práticas democráticas já estabelecidas, muito exemplificadoras, mas que convivem em um plano infinitamente pequeno para a redução do processo de degradação ambiental; ao

mesmo tempo, concentra sua análise mostrando como seria um modelo de democracia ecológica. Este estudo não tem a pretensão de discutir a teoria da sociedade ecológica; mais modesto, a intenção é trabalhar a teoria sócio-ambiental como uma ideologia fundada na democracia e, a partir disso, discutir possibilidades de atuação democrática. Não interessa aqui vislumbrar uma democracia ecológica como modelo e com metas definidas, mas sim mostrar a difícil tarefa de chegar até ela. Nesse sentido, que direção tomar em busca de uma democracia ecológica? Através de partidos políticos tradicionais? Dentro dos espaços da democracia existente hoje? Através de revolução?

A análise deste trabalho parte de uma realidade definida, que é a sociedade brasileira neste final de século, caracterizada por degradação ambiental massificada, partidos políticos personalistas e políticos carreiristas, forte poder econômico do sistema financeiro, democracia com dispositivos autoritários para barrar a participação da população, processo de globalização econômica se estruturando, concentração de poder, de riqueza, etc. Diante desse quadro, não há motivos para se sonhar com um mundo melhor. Sem dúvida, o Brasil avançou muito com a Constituição de 1988, mas para quem estava saindo das trevas de um regime militar autoritário, qualquer ganho seria lucrativo.

O PT e o PV, os dois partidos mais engajados nas conquistas sociais e ambientais no pós-regime militar, não estão conseguindo, de uma forma mais consistente, alterar a estrutura de desequilíbrio do país. E, mesmo que tivessem alcançado poder político, eles seriam suficientes? Existem alternativas de canais políticos na democracia brasileira? São suficientes para a democracia brasileira a existência de partidos políticos, ou mesmo as ONGs, conselhos municipais, estaduais e federais?

Depois do encantamento da conquista da democracia, sente-se agora a ressaca de que a democracia não é tão democrática. Para uma sociedade ambientalmente ideológica, a democracia só poderá ser entendida como um processo em transformação e evolução, no sentido de torná-la cada vez mais participativa. Se for feito um paralelo evolucionista da situação da política ambiental do Brasil e de sua estrutura democrática, pode-se afirmar, com certeza, que vivemos uma democracia medieval, graças a uma série de injunções autoritárias como impunidade parlamentar, voto secreto parlamentar, financiamento de campanha sem controle, personalismo, etc.

A democracia personalista é talvez um dos mais difíceis problemas. Todos os partidos brasileiros, e provavelmente do mundo, são personalistas por natureza. No Brasil, vai-se de Enéas (Prona) até Maluf (PPB), passando por Lula (PT) e Gabeira (PV). Isso teoricamente rende votos, mas a democracia personalista é incompatível com a democracia representativa, quiçá participativa. Hoje, no Brasil, não se elegem representantes, mas personalidades construídas através da mídia e da retórica. A personalidade, quando no poder, tem a capacidade de se dissociar totalmente de seus representados. Essa

¹⁴ PAEHLKE, R. C. *Environmentalism and the future of progressive politics*. Yale University Press. New Haven and London, 1989. p. 07.

¹⁵ Idem. *Environmental Values and Democracy...* p. 235/236.

¹⁶ Idem. *Ibidem*. p. 276.

¹⁷ CAHN, M. *Op. Cit.* p. 128.

perversidade é possível por que os milhares de votos não elegem uma proposta de governabilidade, mas apenas delegam poder a um indivíduo.

A dissociação entre o governante e o povo em uma democracia personalista permite, por exemplo, que governos como o dos EUA e do Brasil se elejam com um programa e depois se esqueçam dele. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é um exemplo especial, pois ele se elegeu com a bandeira do emprego e provocou as maiores taxas de desemprego do país. Da mesma forma, Cahn anota que Bill Clinton foi eleito com uma bandeira ambiental, em seu primeiro governo, e não a cumpriu¹⁸.

Depois de eleito, o político personalista é uma máquina desgovernada e sem ligação alguma com os eleitores e, muitas vezes, com o próprio partido que o elegeu. Para evitar tal personalismo, o PT tenta fazer uma espécie de controle em prefeituras, mas é um controle também personalista porque é feito apenas pela diretoria executiva, o que provoca situações pessoais conflituosas e insustentáveis.

A política personalista é sustentada pelos partidos personalistas e, pior, salvo raras exceções, os partidos têm uma estrutura empresarial-personalista, com o controle administrativo exercido por um grupo e com correligionários agindo como se fossem empregados.

Além disso, a precariedade jurídica da sociedade brasileira contribui para criar um sujeito acima da lei. Por ter sido eleito por milhares de votos e com todos os recursos legais e financeiros, a Justiça não consegue punir o político criminoso, ainda que com evidências absolutamente claras. Exemplos de irregularidades sem punição existem aos montes, atualmente, como o que aconteceu com a CPI dos precatórios. Como muitas vezes já foi dito, a democracia representativa, teoricamente, egeria um representante e não uma *persona*, como acontece hoje. Esse personalismo anula o projeto representativo, já que, o político, age com se o voto fosse uma carta branca da população. Diante disso, que caminhos trilhar para que haja uma espécie de controle sobre o personalismo? É possível estabelecer práticas políticas dissociadas desse tipo de política? Uma ideologia ambientalista seria capaz de absorver um projeto de combate ao personalismo?

Para Norberto Bobbio, analisado por Marilena Chauí, a democracia representativa nunca chegou a existir em parte alguma, pois o que se chama de Estado representativo sempre teve de prestar contas ao Estado administrativo, que é um Estado que obedece a uma lógica de poder completamente diversa: descendente e não ascendente; secreta e não pública; hierarquizada e não autônoma; tendente à imobilidade e não à dinâmica; conservadora e não inovadora, etc¹⁹. No pensamento do teórico italiano, o defeito do sistema democrático não está em ser representativo, mas em não ser o bastante. A questão democrática implica, pois, criar condições para

que o cidadão seja soberano e interfira, realmente, nas decisões sociais e econômicas através dos órgãos de decisão política²⁰.

Marilena Chauí critica Bobbio por dois motivos: não colocar o problema dos pactos de dominação entre as elites e não dizer quais os órgãos de representação que trariam aumento de representatividade. Para ela, é preciso colocar em discussão o Estado administrativo, classificado como espinha dorsal do Estado representativo²¹.

É a partir desse aspecto que este trabalho vai delineando o seu questionamento sobre a interferência. Haveria condições de se atuar democraticamente no Estado administrativo? Que oportunidade a sociedade brasileira tem para vislumbrar alguma alternativa? As cidades poderiam ser pólos de criação de uma nova participação e de controle político? O controle administrativo seria uma forma de minimizar os efeitos nocivos do personalismo?

Espinosa, ao notar que o filósofo é o mais incompetente para tratar de política, já nos ensinara que uma cidade, cuja salvaguarda dependa da lealdade de alguns homens cujos negócios, para serem bem conduzidos, exijam dirigentes leais, não terá qualquer chance de estabilidade. Para que possa subsistir, é preciso arranjar as coisas de tal maneira que os dirigentes, sejam eles guiados pela razão ou pela paixão, não possam agir de modo desleal ou contrário ao interesse coletivo²².

A discussão muito presente na democracia personalista, sobre se tal político é honesto ou não, está fora de questão. Como veremos a seguir, no novo cenário da mídia esse conceito fica superado.

4 A COMUNICAÇÃO

Apesar de aparecer de uma forma coadjuvante em seu livro, a comunicação é reconhecida por Paehlke como sendo de fundamental importância na formação da consciência ecológica da população. Paehlke vê essa importância a partir de um acontecimento empírico, que é a publicação do texto *Silent Spring*, de Rachel Carson no *The New Yorker*, em 1960, e, em livro, em 1962. Ele ressalta a capacidade da autora de sintetizar três disciplinas (toxicologia, ecologia e epidemiologia) e escrever em linguagem acessível. Seu estilo *put into motion a process that may yet lead to wide public understanding of the necessity of linking scientific knowledge and political action*²³. Frank Graham anota que: *She knew that her book must persuade as well as inform; it must synthesize scientific fact with the most profound sort of propaganda*²⁴.

Paehlke também se depara com a importância da comunicação quando verifica a falha da sociedade em não evitar um grande número de doenças (câncer induzido

¹⁸ Idem. Ibidem. p. 133/134.

¹⁹ CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. Cortez, São Paulo, 1989. p. 194.

²⁰ Idem. Ibidem. p. 194.

²¹ Idem. Ibidem. p. 194.

²² Idem. Ibidem. p. 149.

²³ PAEHLKE, R. Environmental and the Future... v 28.

²⁴ Idem. Ibidem. p. 28.

ocupacionalmente ou ambientalmente) que poderiam ser evitados.

*If scientific knowledge is predominantly controlled by those who will profit through inaction, inaction will be the likely result. If bureaucracy limits public access to scientific information, inaction will again be the result. As Wagoner put it so succinctly, the scientific community must, in my opinion, not only investigate but inform, not only advise but dissent when appropriate, and, most importantly, provide firm, prudent leadership in the formulation of public health policies*²⁵.

O pensamento sócio-ambiental tem condições de aprofundar, em muito, o debate sobre a comunicação. A esquerda sempre soube da necessidade da comunicação, mas a negligenciou em relação ao debate infra-estrutural, talvez acreditando na soberania da revolução. Mas as estruturas já não são tão rijas nesse final de século; as bases da esquerda se tornaram voláteis com as transformações da Europa oriental; as bases da ciência natural foram minadas pela incerteza e pela imprevisibilidade do mundo subatômico e as relações entre os Estados globalizados se tornaram mais complexas. Nesse cenário, a comunicação, mais do que nunca, permite a existência de uma nova realidade, se ela for entendida no seu conceito mais amplo possível, permeando diálogos, discursos, *marketing*, transmissão de dados, equipamentos eletrônicos, *Internet*, correio, imagem, etc. Ela flui do conceito *habermasiano* de ação comunicativa à faixa de protesto de grupos ecológicos. Num mundo em que a ditadura do proletariado não é mais possível, o centralismo democrático inaceitável e qualquer regime ou justificativa autoritária, de direita ou esquerda, repugnante, a comunicação ganha a força da produção simbólica, da produção de consciência, da possibilidade de diálogo e de conflito democrático.

Para Octávio Ianni, no contexto da globalização, os meios de comunicação revelam-se particularmente eficazes para desenhar e tecer o imaginário de todo o mundo. A mídia impressa e eletrônica, cada vez mais acoplada a redes multimídias universais, constitui a realidade e a ilusão da aldeia global²⁶. Ianni recoloca no debate o visionário Marshall McLuhan, que já na década de 60 especulava em uma linguagem pós-moderna, sobre a globalização comunicacional. Ianni, no entanto, coloca as mídias como intelectuais orgânicos.

No âmbito da aldeia global, prevalece a mídia eletrônica como um poderoso instrumento de comunicação, compreensão, explicação e imaginação sobre o que vai pelo mundo. Juntamente com a imprensa, a mídia eletrônica passa a desempenhar o singular papel de intelectual orgânico dos centros mundiais de poder, dos grupos dirigentes das classes dominantes. Ainda que mediatizada, influenciada, questionada ou assimilada em âmbito local, nacional e regional, aos poucos essa mídia adquire o caráter de um singular e insólito intelectual orgânico, articulado às organizações e empresas

transnacionais predominantes nas relações, nos processos e nas estruturas de dominação política e de apropriação econômica que tecem o mundo, em conformidade com a nova ordem econômica mundial, ou com as novas geopolíticas e geoeconomias regionais e mundiais²⁷.

Apesar desse panorama sombrio, Ianni reconhece que a mídia global não é monolítica, já que ela está atravessada por injunções locais, nacionais e regionais, bem como por divergências políticas, culturais, religiosas e outras. (...) São sensíveis às reivindicações de diferentes grupos e de classes sociais, de movimentos sociais e de partidos políticos, de igrejas e governos²⁸. Da mesma forma, Ciro Marcondes Filho diz que não se justifica a preocupação com sistemas eletrônicos de controle de pessoas. O que prima na sociedade industrial e, particularmente, na capitalista ocidental são a anarquia, a irracionalidade, a imprevisibilidade, em suma, as suas incríveis possibilidades de ruptura²⁹. Diante dessa perspectiva, a construção da ciência ou da política pode se tornar impassível? Seria possível fazer do ato político um ato comunicacional? Seria possível fazer do ato científico um ato comunicacional? Será que essa incapacidade conceitual não estaria sendo estratificada pela própria consciência fragmentada do conhecimento? O que nos impede de pensar eco-política-comunicacionalmente como uma unidade?

Morrison vê a desmaterialização dos processos produtivos como uma prática mais harmoniosa com a ecologia, já que substitui materiais retirados da natureza por imagens e informações virtuais, mas ele ressalta que isso é apenas a necessidade de sobrevivência de uma ordem econômica já em aflição³⁰. Assim como a produção, para Morrison, dentro do universo da mídia tudo também se desmaterializa. O discurso político, por exemplo, já não se sustenta na realidade. Tudo é possível porque o mundo não pertence mais ao universo biofísico; o universo da mídia é o universo onírico. O discurso místico, das aparências, das ilusões, da formalidade, do hiper-real, da lógica do espetáculo, do jogo de encenação, tudo isso parece - embora absurdamente fantástico - o único discurso efetivo de nossa sociedade e cultura. A farsa impõe-se definitivamente como regra na política, na economia, na cultura, na arte e na filosofia³¹. Para Marcondes, o debate em torno da falsa consciência e da consciência verdadeira já não se sustenta. O que dizer de economistas e de políticos que apresentam dados e mais dados para fantasiar uma informação na mídia? Que diferença há entre o discurso social de Lula, de Fernando Henrique e de Paulo Maluf no horários de programas de propaganda eleitoral de televisão? Isso nos faz retornar ao início do texto, em que apresentamos a consciência política presente há 300 anos no texto de Frei Vicente de Salvador. No século XVII o discurso não foi suficiente, mesmo

²⁵ Idem. Ibidem. p. 34.

²⁶ IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995. p. 60.

²⁷ Idem. Ibidem. p. 95.

²⁸ Idem. Ibidem. p. 95.

²⁹ MARCONDES, C. Quem Manipula Quem. Vozes, Petrópolis, 1992. p. 59.

³⁰ MORRISON, R. Op. Cit. p. 223/225/226.

³¹ MARCONDES, C. Op. Cit. p. 13

quando ainda era possível questionar a falsa consciência; agora que o discurso não tem mais referente nem materialidade, o que fazer? Talvez a prática seja o único argumento contra o discurso do mundo virtual.

BIBLIOGRAFIA

- CAHN, M. A. Environmental Deceptions - the tension between liberalism and environmental policymaking in the United States. State University of New York Press. Albany, 1995.
- CAHN, M. Op. Cit. p. 126.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. Cortez, São Paulo, 1989. p. 194.
- IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995. p. 60.
- MARCONDES, C. Quem Manipula Quem. Vozes, Petrópolis, 1992. p. 59.
- MORRISON, R. Ecological Democracy. South end Press. Boston. 1995.
- NOEL, Francisco Luiz. Preocupação ecológica é antiga no país, entrevista com José Augusto de Pádua. Jornal do Brasil, 22/03/98, p. 9.
- PÁDUA, José Augusto (org.). Ecologia e Política no Brasil. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1987.
- PAEHLKE, R. C. Environmental Values and Democracy: the challenge of the Next Century in: VIG, J. And Kraft, M. Environmental Policy in the 1990s. CQ Press.
- PAEHLKE, R. C. Environmentalism and the future of progressive politics. Yale University Press. New Haven and London, 1989. p. 07.
- VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil In: PÁDUA, J. A. Op. Cit.

* * * * *